

**No. 40990**

---

**Brazil  
and  
Mozambique**

**Protocol of intent between the Government of the Federative Republic of Brazil and  
the Government of the Republic of Mozambique in the area of combating  
discrimination and promoting racial equality. Brasília, 31 August 2004**

**Entry into force: 31 August 2004 by signature, in accordance with article 8**

**Authentic text: Portuguese**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 2 February 2005**

---

**Brésil  
et  
Mozambique**

**Protocole d'intentions entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil  
et le Gouvernement de la République du Mozambique dans la lutte contre la  
discrimination et la promotion d'égalité raciale. Brasília, 31 août 2004**

**Entrée en vigueur : 31 août 2004 par signature, conformément à l'article 8**

**Texte authentique : portugais**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 2 février 2005**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE NA ÁREA DO  
COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique  
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo os laços de amizade que unem os dois países com ênfase em suas especificidade históricas, sociais, econômicas, educacionais e culturais;

Conscientes da necessidade de executar programas, dar efetiva contribuição ao desenvolvimento econômico e social de ambos os países;

Determinados a desenvolver e a aprofundar as relações de cooperação técnica no campo dos direitos sociais, do combate à discriminação e de promoção de igualdade racial;

Considerando que os projetos e atividades identificados aportarão significativos benefícios às políticas setoriais de ambos os países, além de contribuírem para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador;

Conscientes de que já cooperação técnica na área do combate ao racismo e na promoção da igualdade racial reveste-se de especial interesse para as Partes, e

Reconhecendo a eficácia da cooperação na área de direitos humanos, como concertação e diálogo político.

Acordam o seguinte:

### ARTIGO 1

As Partes comprometem-se, em regime de reciprocidade, e quando para tal solicitadas, a prestar mútua cooperação técnica na área de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial, em diferentes níveis e modalidades sobretudo por meio de:

- a) Agenda de trabalho para o desenvolvimento de ações de cooperação e atividades sobre questões de interesse comum aos dois países, visando a compreensão do processo histórico africano, especialmente o de Moçambique e o seu reflexo nas relações com o Brasil;
- b) Intercâmbio bilateral entre as diferentes estruturas de estudo e pesquisas nacionais, regionais e locais relacionadas às questões raciais, historiografia, cultura, identidade negra e aos novos desafios frente à globalização;
- c) Adoção de estratégia que permita, na medida do possível e em consonância com as respectivas capacidades e recursos institucionais, realizar seminários, capacitações, treinamentos, troca de experiências e conhecimento, além de informações referentes à implementação, pesquisa e políticas públicas referentes aos temas comuns aos dois países;
- d) Intercâmbio entre pesquisadores (“Seniores” ou principiantes) para o desenvolvimento de temas de pesquisa comum aos dois países;
- e) Monitoramento e avaliação das legislações quanto ao combate à discriminação e ao acesso à justiça;
- f) Análises comparativas das diferentes visões da história contemporânea africana e da diáspora, dos planos de ação nacional de combate a discriminação e dos mecanismos institucionais criados para assegurar os seus programas, bem como avaliar o seu impacto na promoção de igualdade;
- g) Monitoramento e avaliação do impacto socio-econômico das diferentes ações e programas voltadas para a igualdade racial na formação, emprego e renda; edição e difusão dos resultados comparativos das atividades.

### ARTIGO 2

O Governo da República Federativa do Brasil designa o Departamento dos Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores (DHS/MRE) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

da Presidência da República (SEPPIR) como órgãos coordenadores das ações empreendidas no âmbito deste Protocolo. A execução dos programas, projetos e atividades fica sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de promoção a Igualdade Racial (SEPPIR).

### ARTIGO 3

O Governo da República de Moçambique designa o Ministério do Negócios Estrangeiros e Cooperação e o Ministério da Justiça como órgãos coordenadores das ações empreendidas no âmbito deste Protocolo. A execução dos programas, projetos e atividades fica sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

### ARTIGO 4

Os programas, projetos e atividades identificados, bem como os relatórios atinentes aos mesmos, deverão ser objeto de análise pelos órgãos responsáveis pela cooperação de ambas as Partes.

### ARTIGO 5

Para implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica referente ao Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade Racial, concebidos sob a égide deste protocolo, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições do setor público, organismos e instituições nacionais e internacionais, bem como associações e organizações não governamentais. As Partes deverão reunir-se uma vez por ano, em Brasília ou Maputo alternadamente, para avaliação da execução do presente acordo. No entanto, haverá trocas semestrais de relatórios das atividades identificadas nos programas e projetos pré-concebidos.

### ARTIGO 6

Os programas, projetos e atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento instaurados no contexto do presente Protocolo estarão sujeitos às leis e regulamentos aplicáveis tanto na República Federativa do Brasil quanto na República de Moçambique.

### ARTIGO 7

Para que se possam realizar as ações decorrentes deste Protocolo, as Partes se comprometem a mobilizar recursos financeiros nacionais e internacionais, bem como identificar outras fontes de recursos.

ARTIGO 8

O presente protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 5 (cinco) anos, renováveis, salvo se uma das Partes notificar a outra, por via diplomática, com antecedência mínima de 6 (seis) meses à data de expiração, sua intenção de denunciá-lo, o que não prejudicará as atividades em curso.

Feito na cidade de Brasília, em 31 de agosto de 2004, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
MATILDE RIBEIRO  
Secretária Especial de  
Políticas de Promoção da  
Igualdade Racial

  
~~PELO GOVERNO DA REPÚBLICA~~

DEMOCAMBIQUE  
LEONARDO SANTOS SIMÃO  
Ministro dos Negócios  
Estrangeiros e  
Cooperação

[TRANSLATION — TRADUCTION]

**PROTOCOL OF INTENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE IN THE AREA OF COMBATING DISCRIMINATION AND PROMOTING RACIAL EQUALITY**

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique (hereinafter referred to as the "Parties"),

Recognizing the ties of friendship that unite the two countries, and in particular their historical, social, economic, educational and cultural affinities,

Aware of the need to implement programmes that effectively contribute to the economic and social development of both countries,

Determined to broaden and deepen technical cooperation in the field of social rights, combating discrimination and promoting racial equality,

Considering that the projects and activities identified will be of significant benefit to the sectoral policies of both countries and will promote institution-building through their multiplier effect,

Aware that technical cooperation in the field of combating racism and promoting racial equality is now of special interest to the Parties, and

Recognizing the effectiveness of cooperation in the field of human rights, including through consultation and political dialogue,

Have agreed as follows:

*Article 1*

The Parties undertake, on a basis of reciprocity and upon request, to provide each other with technical cooperation in the field of combating discrimination and promoting racial equality, at different levels and using a variety of methods, principally by means of:

(a) A work programme for the implementation of cooperation projects and activities in areas of common interest to the two countries, with a view to promoting greater understanding of the history of Africa, particularly that of Mozambique, and of the way it affects relations with Brazil;

(b) Bilateral exchanges between the various national, regional and local educational and research bodies involved with issues of race, historiography, culture, black identity and the new challenges posed by globalization;

(c) The adoption of a strategy to facilitate, to the extent possible and in accordance with the respective institutional capacity and resources of the two countries, the organization of seminars, skills-building, training, and the exchange of experience, knowledge and information relating to implementation, research and public policies on issues common to both countries;

- (d) Exchange between researchers (both senior and junior) with a view to advancing research in areas of common interest to both countries;
- (e) Monitoring and evaluation of legislation on combating discrimination and on access to justice;
- (f) Comparative analyses of the various interpretations of the contemporary history of Africa and of the diaspora, of national action plans to combat discrimination and of the institutional mechanisms created to support their programmes, and evaluation of their impact on promoting equality;
- (g) Monitoring and evaluation of the socio-economic impact of the various actions and programmes aimed at promoting racial equality in training, employment and income, and publication and dissemination of the comparative results of activities.

*Article 2*

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates the Department of Human Rights and Social Affairs of the Ministry of Foreign Affairs (DHS/MRE) and the Special Secretariat on Policies for the Promotion of Racial Equality of the Office of the President of the Republic (SEPPIR) as the entities responsible for coordinating the actions undertaken pursuant to this Protocol. Implementation of programmes, projects and activities shall be the responsibility of the Special Secretariat on Policies for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR).

*Article 3*

The Government of the Republic of Mozambique hereby designates the Ministry of Foreign Affairs and Cooperation and the Ministry of Justice as the entities responsible for coordinating the actions undertaken pursuant to this Protocol. Implementation of programmes, projects and activities shall be the responsibility of the Ministry of Justice.

*Article 4*

The programmes, projects and activities in question, as well as the reports thereon, shall be evaluated by the entities of the two Parties responsible for cooperation.

*Article 5*

In order to implement the technical cooperation programmes, projects and activities in the field of combating discrimination and promoting racial equality to be developed under this Protocol, the Parties may establish partnerships with public sector institutions, national and international bodies and institutions, and non-governmental organizations and associations. The Parties shall meet once a year, in Brasília or Maputo alternately, in order to evaluate the implementation of this agreement. Reports shall nevertheless be exchanged every six months on the activities identified in the programmes and projects previously agreed upon.

*Article 6*

The programmes, projects and activities relating to technical cooperation for development that are undertaken pursuant to this Protocol shall be governed by the legislation and other regulations applicable in both the Federative Republic of Brazil and the Republic of Mozambique.

*Article 7*

In order to implement the actions to be undertaken under this Protocol, the Parties undertake to mobilize national and international financial resources, and to identify other sources of funding.

*Article 8*

This Protocol shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for 5 (five) years. It shall be renewable unless one of the Parties notifies the other, through the diplomatic channel, at least 6 (six) months before it is due to expire, of its intention to terminate it. Such termination shall be without prejudice to ongoing activities.

Done in the city of Brasília on 31 August 2004, in two originals, in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MATILDE RIBEIRO  
Special Secretariat on Policies for the Promotion of Racial Equality

For the Government of the Republic of Mozambique:

LEONARDO SANTOS SIMÃO  
Minister for Foreign Affairs and Cooperation

[TRANSLATION — TRADUCTION]

PROTOCOLE D'INTENTIONS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU MOZAMBIQUE DANS LA LUTTE CONTRE LA DISCRIMINATION ET LA PROMOTION D'ÉGALITÉ RACIALE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique (ci-après dénommés les "Parties"),

Constatant les liens d'amitié qui unit les deux pays, et notamment leurs affinités historiques, sociales, économiques, éducatives et culturelles,

Conscients de la nécessité de mettre en œuvre des programmes qui contribuent réellement au développement économique et social des deux pays,

Déterminés à élargir et à approfondir la coopération technique dans le secteur des droits sociaux, de la lutte contre la discrimination et de la promotion d'égalité raciale,

Considérant que les projets et activités retenus apporteront une contribution positive aux politiques sectorielles des deux pays et assureront la promotion de la mise en place d'institutions, grâce à leur effet multiplicateur,

Confiants que la coopération technique dans le secteur de la lutte contre le racisme et de la promotion d'égalité raciale revêt maintenant un intérêt particulier pour les Parties, et

Constatant l'efficacité de la coopération dans le secteur des droits de l'homme, y compris par le biais de consultations et du dialogue politique,

Sont convenus de ce qui suit:

*Article premier*

Les Parties s'engagent, sur la base de la réciprocité et sur demande, à se fournir une coopération technique dans le secteur de la lutte contre la discrimination et de la promotion d'égalité raciale à différents niveaux et au moyen de méthodes variées, essentiellement par le biais de:

a) un programme de travail pour l'exécution de projets de coopération et d'activités dans les secteurs d'intérêt commun aux deux pays, en vue de promouvoir une meilleure compréhension de l'histoire de l'Afrique, notamment de celle du Mozambique, et de la manière dont elle affecte les relations avec le Brésil;

b) d'échanges bilatéraux entre les divers organismes d'éducation et de recherche au niveau national, régional et local, traitant des questions de race, d'historiographie, de culture, d'identité noire et les nouveaux défis suscités par la mondialisation;

c) l'adoption d'une stratégie visant à faciliter, dans la mesure du possible et conformément aux capacités et aux ressources institutionnelles respectives des deux pays, l'organisation de séminaires, l'acquisition de compétence, de formation, l'échange de résultats d'expériences, les connaissances et les informations relatives à l'exécution, à la recherche et aux politiques publiques sur les questions qui concernent les deux pays;

- d) l'échange entre les chercheurs (aussi bien confirmés que stagiaires) en vue de faire progresser la recherche dans les domaines présentant un intérêt pour les deux pays;
- e) la surveillance et l'évaluation de la législation sur la lutte contre la discrimination et sur l'accès à la justice;
- f) d'analyses comparatives des diverses interprétations de l'histoire contemporaine de l'Afrique et de la diaspora, des plans d'action nationaux pour lutter contre la discrimination et des mécanismes institutionnels créés pour soutenir leurs programmes et évaluer leur incidence sur la promotion d'égalité;
- g) le contrôle et l'évaluation de l'incidence socio-économique des divers activités et programmes visant à promouvoir l'égalité raciale en matière de formation, d'emploi et de revenu, ainsi que la publication et la diffusion des résultats comparatifs des activités.

#### *Article 2*

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne le Département des Droits de l'homme et des Affaires sociales du Ministère des Affaires étrangères et le Secrétariat spécial aux politiques pour la promotion d'égalité raciale du Cabinet du Président de la République, en tant qu'entités chargées de coordonner les activités entreprises dans le cadre du présent Protocole. La mise en oeuvre des programmes, des projets et des activités sera confiée au Ministère de la Justice.

#### *Article 3*

Le Gouvernement de la République du Mozambique désigne le Ministère des Affaires étrangères et de la coopération et le Ministère de la Justice en tant qu'entités chargées de coordonner les activités entreprises dans le cadre du présent Protocole. La mise en oeuvre des programmes, des projets et des activités relèvera du Ministère de la Justice.

#### *Article 4*

Les programmes, projets et activités en question, ainsi que les rapports les concernant, feront l'objet d'une évaluation par les entités des deux Parties, chargées de la coopération.

#### *Article 5*

Pour mettre en oeuvre les programmes, projets et activités de coopération technique dans le domaine de la lutte contre la discrimination et dans celui de la promotion d'égalité raciale, élaborés au titre du présent Protocole, les Parties peuvent instituer des partenariats avec des institutions du secteur public, des organisations et institutions nationales et internationales, ainsi qu'avec des organisations non gouvernementales et des associations. Les Parties se réuniront une fois par an, à Brasilia et à Maputo à tour de rôle, afin d'évaluer la mise en oeuvre du présent accord. Des rapports seront néanmoins échangés tous les six mois sur les activités définies dans les programmes et les projets ayant fait précédemment l'objet d'un accord.

*Article 6*

Les programmes, projets et activités relatifs à la coopération technique pour le développement, qui sont entrepris dans le cadre du présent Protocole, seront régis par la législation et les autres réglementations applicables tant en République fédérative du Brésil qu'en République du Mozambique.

*Article 7*

Pour mettre en oeuvre les activités devant être entreprises dans le cadre du présent Protocole, les Parties s'engagent à mobiliser des ressources financières nationales et internationales et à trouver d'autres sources de financement.

*Article 8*

Le présent Protocole entrera en vigueur à la date de sa signature et conservera sa validité pendant 5 (cinq) ans. Il sera renouvelable à moins qu'une Partie n'informe l'autre, par la voie diplomatique et avec un préavis de 6 (six) mois au moins, son intention d'y mettre fin. Cette dénonciation ne portera pas préjudice aux activités en cours.

Fait dans la cité de Brasilia le 31 août 2004, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:  
Secrétariat spéciale aux Politiques pour la promotion d'égalité raciale,  
**MATILDE RIBEIRO**

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique:  
Le Ministre des Affaires Étrangères et de la coopération,  
**LEONARDO SANTOS SIMÃO**

